

## SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONDENSADAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, constituída em 25 de agosto de 1998, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos, Tecon Imbituba, Terminais de Granéis Líquidos (IQI 03, IQI 11 e IQI 12) e Saboó.

As informações trimestrais condensadas consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	30.09.2022	31.12.2021
Controladas diretas:		
Numeral 80 Participações S.A. ("Numerar 80") *	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos") **	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística")	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV")*	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV")	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Tecon Vila do Conde")	100	100

\* Companhias dormentes;

\*\* Holding.

#### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022

<u>Licitações dos Editais de Concessão nº 06/2020, nº 07/2020 e nº 08/2020 de Graneis Líquidos de Combustíveis no complexo portuário de Itaqui</u>	<p>Os Planos Básicos de Implantação foram aprovados em janeiro de 2022. Em 4 de abril de 2022, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura ("Poder Concedente"), os Termos de Aceitação Provisória e Permissão de Uso dos Ativos ("TAPs") referentes aos Contratos de Arrendamento nº 05/2021, nº 08/2021 e nº 07/2021 ("Terminais de Granéis Líquidos de Itaqui/MA"). Igualmente, na qualidade de intervenientes anuentes, firmaram os TAPs a ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários e a EMAP - Empresa Maranhense de Administração Portuária. A celebração dos TAPs dá início ao prazo de 20 (vinte) anos dos arrendamentos, prorrogáveis por um período máximo de 70 (setenta) anos, nos termos da cláusula 3.1. dos contratos. Além disso, trata-se do marco inicial para a exigibilidade das obrigações assumidas pela Companhia, a exemplo do pagamento de despesas próprias do arrendamento e da execução dos investimentos obrigatórios, conforme os prazos pactuados.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>A filial operacional IQI 03 tem por objeto a exploração da área de 25.416 m<sup>2</sup> e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustíveis do Porto Organizado de Itaqui, sob Contrato de Arrendamento nº 07/2021, com vigência de abril de 2022 a abril de 2042, por meio de operações graneis líquidos, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital de Concessão nº 06/2020.</li></ul> <p>Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do IQI 03 com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.</p>
--	---

	<p>A filial operacional IQI 03, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso decomposto em parcelas mensais, no montante de R\$22 pela exploração da área durante o período do contrato (20 anos, podendo ser prorrogável por sucessivas vezes até o limite máximo de 70 anos, conforme contrato) e cinco parcelas anuais, no montante de R\$9.195, corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.</p> <p>Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de grânéis líquidos combustíveis de R\$0,87 por tonelada movimentada, com carência para os Anos 1 ao Ano 3 e a partir do Ano 4 com aumentos graduais totalizando ao final do contrato uma movimentação mínima de 4.327 toneladas.</p> <p>O contrato estabelece ainda: (i) Incrementar a capacidade estática existente em, no mínimo, 26.000 m³, alcançando a capacidade estática total de armazenagem de, no mínimo, 46.406 m³, a partir do 4º ano de contrato; e (ii) Implementar em harmonia com o prazo operacional dos demais arrendatários, uma linha tronco de dutos, de forma a conectar os berços 104, 106 e 108 ao "Ponto A", bem como promover a ligação de sua instalação portuária ao "Ponto A", totalizando 3.881 m (240 m de dutos internos + 1.895 m na "Linha Tronco de Dutos" + 246 m de conexão do IQI03 ao "Ponto A" + reposição de 1500m de dutos existentes).</p> <p>A Companhia assumiu o compromisso no Plano Básico de Implantação - IQI 03 de um investimento estimado em R\$130.992.</p> <p>Em 15 de setembro de 2022 a filial operacional IQI 03 recebeu a autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-Combustíveis - ANP, a última estância necessária para o início das operações.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A filial operacional IQI 11 tem por objeto a exploração da área de 33.217 m² e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de grânéis líquidos, especialmente combustíveis do Porto Organizado de Itaquí, sob Contrato de Arrendamento nº 08/2021, com vigência de abril de 2022 a abril de 2042, por meio de operações grânéis líquidos, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital de Concessão nº 07/2020.</li> </ul> <p>Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do IQI 11 com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.</p> <p>A filial operacional IQI 11, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso decomposto em parcelas mensais, no montante de R\$287 pela exploração da área durante o período do contrato (20 anos, podendo ser prorrogável por sucessivas vezes até o limite máximo de 70 anos, conforme contrato) e cinco parcelas anuais, no montante de R\$8.400, corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.</p> <p>Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de grânéis líquidos combustíveis de R\$7,83 por tonelada movimentada, com carência para os Anos 1 ao Ano 3 e a partir do Ano 4 com aumentos graduais totalizando ao final do contrato uma movimentação mínima de 6.049 toneladas.</p> <p>O contrato estabelece ainda: (i) Incrementar a capacidade estática existente em, no mínimo, 64.897 m³; e (ii) Implementar em harmonia com o prazo operacional dos demais arrendatários, uma linha tronco de dutos, de forma a conectar os berços 104, 106 e 108 ao "Ponto A", localizado na área A-08 do PDZ 2012 do Porto do Itaquí; bem como promover a ligação de sua instalação portuária ao "Ponto A", totalizando 4.719 m (215 m de dutos internos + 1.895 m na "Linha Tronco de Dutos" + 1.236 m de conexão do IQI11 ao "Ponto A" + 1.373 m de reposição de dutos internos entre os tanques 1, 2, 4 e 20).</p>
--	--

	<p>A Companhia assumiu o compromisso no Plano Básico de Implantação - IQI 11 de um investimento estimado em R\$161.465.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A filial operacional IQI 12 tem por objeto a exploração da área de 38.683 m<sup>2</sup> e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de grãos líquidos, especialmente combustíveis do Porto Organizado de Itaquí, sob Contrato de Arrendamento nº 05/2021, com vigência de abril de 2022 a abril de 2042, por meio de operações grãos líquidos, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital de Concessão nº 08/2020.</li> </ul> <p>Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do IQI 12 com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.</p> <p>A filial operacional IQI 12, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso decomposto em parcelas mensais, no montante de R\$195 pela exploração da área durante o período do contrato (20 anos, podendo ser prorrogável por sucessivas vezes até o limite máximo de 70 anos, conforme contrato) e cinco parcelas anuais, no montante de R\$6.000, corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.</p> <p>Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de grãos líquidos combustíveis de R\$4,95 por tonelada movimentada, com carência para os Anos 1 ao Ano 4 e a partir do Ano 5 com aumentos graduais totalizando ao final do contrato uma movimentação mínima de 6.881 toneladas.</p> <p>O contrato estabelece ainda: (i) Incrementar a capacidade estática existente em, no mínimo, 78.724 m<sup>3</sup>; (ii) Implementar, em harmonia com o prazo operacional dos demais arrendatários, uma linha tronco de dutos, de forma a conectar os berços 104, 106 e 108 ao "Ponto A", localizado na área A-08 do PDZ 2012 do Porto do Itaquí, bem como promover a ligação de sua instalação portuária ao "Ponto A", totalizando 4.967 m (1.500 m de dutos internos + 1.895 m na "Linha Tronco de Dutos" + 1.572 m de conexão do IQI12 ao "Ponto A"); e (iii) Investimentos comuns a serem realizados pelos futuros arrendatários das áreas IQI 12 e IQI 13 em acesso rodoviário, acesso ferroviário, AMV e preparação do site (acesso rodoviário e ferroviário).</p> <p>A Companhia assumiu o compromisso no Plano Básico de Implantação - IQI 12 de um investimento estimado em R\$183.717.</p>
<u>Reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba</u>	Em 29 de abril de 2022, a Companhia requereu pedido de renovação da suspensão da cobrança dos valores da MMC para o período de 2021/2022. Em 5 de maio de 2022, foi deferida a tutela antecipada requerida pela Companhia para (i) suspender a cobrança da MMC até nova decisão em contrário; (ii) autorizar a apresentação de garantias sobre o valor controverso e (iii) determinar a transferência dos valores incontroversos à SCPAR.
<u>10º Termo Aditivo do Tecon Vila do Conde - Adensamento de área</u>	Em 10 de junho de 2022, foi celebrado o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à expansão da área de 86.615 m <sup>2</sup> para 107.967,55 m <sup>2</sup> .
<u>Guerra Rússia x Ucrânia</u>	Apesar das unidades de negócio da Santos Brasil possuírem exposição direta às rotas impactadas pela guerra Rússia e Ucrânia, o volume é imaterial e, portanto, não há expectativa de impacto nas operações da Companhia.

<p><u>Suspensão da cobrança de Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres - SSE</u></p>	<p>Em 29 de julho de 2022, a Companhia, em atendimento ao disposto no §4º do artigo 157 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e na Resolução CVM nº 44/2021, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ publicou a Resolução N.º 84, de 28 de julho de 2022, suspendendo cautelarmente os dispositivos da Resolução ANTAQ N.º 72, de 30 de março de 2022, que regula a cobrança do Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres - SSE. O referido ato da ANTAQ é decorrente da edição do Acórdão n.º 1.448/2022-TCU-Plenário, de 22 de julho de 2022, que declarou a ilegalidade da cobrança do SSE e determinou à ANTAQ anular todos os dispositivos da Regulação que legitima a prestação do serviço e permite a cobrança do SSE.</p> <p>O preço cobrado pelo SSE é destinado a remunerar, na operação de importação de cargas em regime de trânsito aduaneiro, os custos incorridos com os serviços prestados de movimentação das cargas entre a pilha de contêineres no pátio e o portão do terminal portuário; o gerenciamento de riscos de cargas perigosas; o cadastramento e o monitoramento de empresas ou pessoas; a permanência de veículos para retirada de contêineres; a liberação de documentos ou circulação de prepostos; a segregação e remoção da carga da pilha na ordem ou na disposição em que se encontra; e, também, o posicionamento da carga no veículo do importador ou do seu representante.</p> <p>Considerando a suspensão cautelar da cobrança do SSE, o impacto na geração de caixa consolidada da Companhia, representada pelo EBITDA, não é material, considerando que: (i) a maior parte do faturamento do SSE já é provisionado na Demonstração de Resultado da Companhia como perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, devido às ações judiciais individuais em trâmite; (ii) a Companhia também incorre em despesas com o pagamento de SSE sobre cargas de clientes retiradas em terminais portuários concorrentes, que, portanto, deixarão de transitar no resultado. A Companhia estima que o impacto caixa anual futuro decorrente da suspensão da cobrança do SSE é de até R\$10 milhões.</p>
---	---

## 2. Base de preparação

### Declaração de conformidade

As presentes informações trimestrais condensadas, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas conforme *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e também de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais condensadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações trimestrais condensadas, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 4 de novembro de 2022.

Não houve mudança na base de mensuração, na moeda funcional e de apresentação nem no uso de estimativas e julgamentos, em comparação com aquela apresentada nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, divulgadas em 10 de março de 2022.

As informações trimestrais condensadas, individuais e consolidadas, não incluem todas as informações e divulgações exigidas nas demonstrações contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2021, assim, estas informações trimestrais condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis daquele exercício.

### 3. Principais políticas contábeis

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis aplicadas pela Companhia e por suas controladas, conforme detalhado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, sendo mantida a mesma consistência para o período apresentado nestas informações trimestrais condensadas. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente qualquer norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida e ainda não esteja em vigor.

### 4. Transações com partes relacionadas

#### a) Dividendos a receber - controladora

	30.09.2022	31.12.2021
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Controladas diretas:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	-	6.266
Terminal de Veículos de Santos S.A.	-	4.144
Santos Brasil Logística S.A.	-	2.949
	-	13.359

#### b) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	735	961	1.211	1.617
Contas correntes (II)	1.321	1.190	1.321	1.190
	2.056	2.151	2.532	2.807
Passivo circulante:				
Fornecedores	476	656	1.211	1.617
Contas correntes (II)	-	-	1.321	1.190
	476	656	2.532	2.807

(\*) Valores eliminados na consolidação

(I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si em condições comerciais acordadas entre as partes;

(II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas.

#### c) Prestação de serviço portuário

	30.09.2022		30.09.2021	
	R\$ mil	Contêineres	R\$ mil	Contêineres
<u>Tecon Santos para Santos Brasil Logística</u>				
Entrega imediata de contêineres	2.286	6.593	2.741	9.187
Inspeção não invasiva de contêineres	918	18.293	724	14.243
Monitoramento reefers	38	164	149	266
Conexão e desconexão de contêineres reefers	11	-	32	-
	3.253	25.050	3.646	23.696
<u>Santos Brasil Logística para Tecon Santos</u>				
Transporte de contêineres	5.966	8.659	4.890	5.870
Agenciamento de carga	141	5.233	42	1.576
	6.107	13.892	4.932	7.446

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora			
	30.09.2022		30.09.2021	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios circulante	2.134	12.785	1.376	7.926
Outros benefícios	-	763	-	456
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	5.069	-	4.032
Total	2.134	18.617	1.376	12.414

  

	Consolidado			
	30.09.2022		30.09.2021	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios circulante	2.134	14.058	1.387	8.354
Outros benefícios	-	813	-	490
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	5.069	-	4.032
Total	2.134	19.940	1.387	12.876

Nos valores da remuneração da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de acordo de confidencialidade e não competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,60% (0,52% em 30 de setembro de 2021) das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrada pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 30 de setembro de 2022, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$49.242 (R\$41.820 em 30 de setembro de 2021).

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e as demais controladas, tinham provisionado o montante de R\$21.982 (R\$29.010 em 31 de dezembro de 2021).

f) Avais e fianças

A Companhia presta garantias à sua controlada Tecon Vila do Conde, conforme segue:

		30.09.2022	31.12.2021
	EUR	R\$ Mil	R\$ Mil
Aval da aquisição de carretas	-	1.227	1.227
Aval da aquisição de caminhões	-	1.482	1.482
Devedor solidário da aquisição de guindaste	3.635	19.231	22.977
Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de cheio	678	3.588	4.287
Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de vazio	271	1.434	1.713
	4.584	26.962	31.686

## 5. Caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações financeiras

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Saldos	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e saldo em bancos	1.883	2.262	4.301	4.672
Aplicações financeiras	503.816	607.055	751.844	818.668
Total de caixa e equivalentes de caixa	505.699	609.317	756.145	823.340

  

Natureza das aplicações financeiras	Vencimento	Controladora		Consolidado	
		30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Certificado de depósito bancário - CDB	2022	-	378.024	17.744	589.637
	2023	414.138	90.841	643.220	90.841
	2024	-	-	1.202	-
	2025	15.575	63.410	15.575	63.410
		429.713	532.275	677.741	743.888
Fundos de investimento	Indeterminado	74.103	74.780	74.103	74.780
		74.103	74.780	74.103	74.780
Total		503.816	607.055	751.844	818.668

### b) Outras aplicações financeiras

	Vencimento	Controladora e Consolidado	
		30.09.2022	31.12.2021
Certificado de depósito bancário - CDB	2022	-	241.296
Total		-	241.296

As taxas médias das aplicações financeiras estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a setembro de 2022. As aplicações em CDB variaram de 97,00% a 108,00% do CDI (97,00% a 108,00% em 31 de dezembro de 2021). As aplicações em fundos de investimento variaram de 108,60% a 109,60% (123,10% a 125,80% em 31 de dezembro de 2021) do CDI.

O “Caixa e Equivalentes de Caixa” e as “Aplicações Financeiras” são mantidos com bancos que possuem rating entre BB- e AAA, baseado na agência de *rating* S&P (*Standard & Poor's*).

## 6. Contas a receber de clientes

### Circulante

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Contas a receber de clientes	160.993	163.465	230.275	221.919
Contas a receber de clientes a faturar	8.174	8.282	13.144	11.046
Partes relacionadas (nota explicativa nº 4.b))	735	961	-	-
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(18.520)	(22.112)	(21.796)	(22.976)
Total	151.382	150.596	221.623	209.989

Em 30 de setembro de 2022, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$1.211 (R\$1.617 em 31 de dezembro de 2021), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme nota explicativa nº 4.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Créditos a vencer	132.614	129.109	196.720	183.019
Créditos em atraso até 60 dias	15.524	20.315	22.254	23.995
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.777	2.946	3.135	3.108
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	6.860	8.357	8.335	10.062
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	10.164	9.329	10.779	9.756
Créditos em atraso há mais de 361 dias	1.963	2.652	2.196	3.025
Total	169.902	172.708	243.419	232.965

### Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas e os títulos baixados ao resultado na controladora e no consolidado.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2020	11.764	12.254
Adições, líquida de reversões	22.575	23.502
Baixas	(12.227)	(12.780)
Saldo em 31.12.2021	22.112	22.976
Adições, líquida de reversões	10.718	14.160
Baixas	(14.310)	(15.340)
Saldo em 30.09.2022	18.520	21.796

## 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Material de manutenção	21.215	18.264	26.022	22.341
Material administrativo	263	310	428	476
Material de segurança	253	218	416	386
Outros	961	919	1.366	1.188
Total	22.692	19.711	28.232	24.391



Os estoques são, quando aplicável, apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de obsolescência e quando constituídos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício/período quando utilizados.

## 8. Precatórios - Consolidado

	30.09.2022	31.12.2021
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	8.306	6.543
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	5.916	5.234

(\*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outros passivos", no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 30 de setembro de 2022 apenas uma parcela a ser recebida, no montante de R\$6.897, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

Em 1 de setembro de 2022, a controlada Santos Brasil Logística, firmou contrato de cessão de direitos creditórios com os antigos acionistas controladores para mitigar o custo relacionado à pendência originada de débito de impostos de competência do município de Santos, no estado de São Paulo. A cessão oriunda do processo nº 0203493-71.1998.4.03.6104 em trâmite na 3ª Vara Federal de Santos, no montante de R\$1.409, corrigido conforme SELIC e operará como medida compensatória ao adimplemento de obrigação referente ao débito de Imposto Territorial Predial Urbano – IPTU, no montante de R\$912. O contrato prevê que os valores de diferença dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos acionistas controladores.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, o valor do passivo não circulante, no montante de R\$5.916, foi ajustado considerando a correção. Os contratos preveem que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

## 9. Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.343	1.124	5.336	1.233
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	12.219	17.274	13.219	18.205
Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	2.422
Outros	87	86	499	389
Total do circulante	16.649	18.484	19.054	22.249

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$5.336 (R\$1.233 em 31 de dezembro de 2021), referiam-se, principalmente, a aplicações financeiras do exercício/período vigente da Companhia.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$13.219 (R\$18.205 em 31 de dezembro de 2021), referiam-se, principalmente: (i) a pagamentos efetuados em exercícios anteriores como antecipações nas apurações mensais da Companhia, no montante de R\$11.676; (ii) reconhecimento IRPJ e CSLL sobre a SELIC pagos indevidamente pela Companhia, no montante de R\$496, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187. Tais créditos serão compensados durante o exercício.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$2.422 em 31 de dezembro de 2021, referiam-se, principalmente, à controlada Santos Brasil Logística, e são decorrentes do reconhecimento do crédito relativo à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme decidido e modulado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 574.706. Tais créditos foram compensados na apuração de 30 de junho de 2022.

## 10. Investimentos - controladora

### a) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2020

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	174	42	109.006	132.750	162.705	404.677
Aporte de capital	-	40	-	-	-	40
Equivalência patrimonial	(92)	(33)	26.383	12.419	17.449	56.126
Dividendos complementares (*)	-	-	(17.078)	-	(1.284)	(18.362)
Dividendos obrigatórios	-	-	(6.266)	(2.949)	(4.144)	(13.359)
Passivo atuarial	-	-	1.312	6.637	76	8.025
Saldo em 31 de dezembro de 2021	82	49	113.357	148.857	174.802	437.147
Aporte de capital	100	40	-	-	-	140
Equivalência patrimonial	(52)	(18)	13.308	42.446	31.384	87.068
Dividendos complementares (**)	-	-	(18.798)	(8.848)	(12.432)	(40.078)
Saldo em 30 de setembro de 2022	130	71	107.867	182.455	193.754	484.277

(\*) Conforme AGO de 30 de abril de 2021.

(\*\*) Conforme AGO de 29 de abril de 2022.

Os dividendos pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Investimentos”.

b) Informações das controladas - posição em 30 de setembro de 2022

	Numeral 80 Participações S.A. (a)	Terminal Portuário de Veículos S.A. (a)	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	1.530	570	84.484	126.374	128.751
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	1.056.006	570.000	84.484.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	473.994	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro líquido do período	(52)	(18)	13.308	42.446	31.384
Patrimônio líquido	130	71	107.867	182.455	193.754
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	130	71	107.867	182.455	193.754
Ativo circulante	128	77	100.353	136.334	97.079
Ativo não circulante	6	-	136.401	199.217	251.338
Total do ativo	134	77	236.754	335.551	348.417
Passivo circulante	4	6	37.630	61.189	17.793
Passivo não circulante	-	-	91.257	91.907	136.870
Total do passivo	4	6	128.887	153.096	154.663
Receita líquida	-	-	101.994	316.501	90.268
(Prejuízo) lucro líquido do período	(52)	(18)	13.308	42.446	31.384

(a) Controladas com atividades operacionais paralisadas.

## 11. Imobilizado

Controladora															
	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Direito de uso - IQU03 (**)	Direito de uso - IQU11 (***)	Direito de uso - IQU12 (***)	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4	9,6	-	20	-	10	10	10	1,7	13	5 - 20	5 - 20	5 - 20	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	-	-	-	71	92.549
Movimentações															
Aquisições / transferências	1.541	570	7.078	854	-	391	1.192	-	-	44	-	-	-	-	11.670
Baixas	-	(47)	-	-	-	-	-	-	-	(104)	-	-	-	-	(151)
Reclassificações (**)	-	-	(3.842)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.842)
Depreciações	(30)	(3.347)	-	(2.849)	-	(1.832)	(372)	(105)	(32)	(532)	-	-	-	(24)	(9.123)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.561	21.431	10.667	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	-	-	-	47	91.103
Saldos em 31 de dezembro de 2021															
Custo	3.977	70.948	10.667	50.454	39.943	27.507	10.791	1.707	1.955	2.091	-	-	-	347	220.387
Depreciação acumulada	(2.416)	(49.517)	-	(40.854)	-	(25.186)	(8.997)	(1.434)	(162)	(418)	-	-	-	(300)	(129.284)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.561	21.431	10.667	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	-	-	-	47	91.103
Movimentações															
Aquisições / transferências	9	138	50.985	500	6.347	820	195	-	-	341	42.341	99.909	70.077	-	271.662
Reclassificações (**)	-	-	719	89	-	49	27	-	-	-	16.362	14.947	10.677	-	42.870
Depreciações	(65)	(2.656)	-	(2.206)	-	(1.210)	(339)	(69)	(24)	(372)	(4.178)	(5.124)	(3.632)	(18)	(19.893)
Saldos líquidos em 30 de setembro de 2022	1.505	18.913	62.371	7.983	46.290	1.980	1.677	204	1.769	1.642	54.525	109.732	77.122	29	385.742
Saldos em 30 de setembro de 2022															
Custo	3.987	71.087	62.371	51.044	46.290	28.377	11.012	1.707	1.957	2.432	58.703	114.856	80.754	345	534.922
Depreciação acumulada	(2.482)	(52.174)	-	(43.061)	-	(26.397)	(9.335)	(1.503)	(188)	(790)	(4.178)	(5.124)	(3.632)	(316)	(149.180)
Saldos líquidos em 30 de setembro de 2022	1.505	18.913	62.371	7.983	46.290	1.980	1.677	204	1.769	1.642	54.525	109.732	77.122	29	385.742

(\*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(\*\*) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(\*\*\*) O Direito de uso referente aos pagamentos iniciais de outorga, as parcelas mensais de arrendamento e a movimentação mínima contratual - MMC são depreciadas a taxa de 5% a.a. e as parcelas anuais de arrendamento depreciadas a taxa de 20% a.a.

	Consolidado														
	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Direito de uso - IQI03 - (**)	Direito de uso - IQI11 - (**)	Direito de uso - IQI12 - (**)	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4,0 - 5,1	9,6 - 10,5	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	9,7 - 22,7	5 - 20	5 - 20	5 - 20	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	3.351	52.582	17.470	15.698	66.368	7.257	11.925	378	19.404	39.610	-	-	-	92	234.135
Movimentações															
Aquisições / transferências	2.082	10.697	9.886	2.521	-	1.682	2.560	-	-	37.041	-	-	-	76	66.545
Baixas	-	(455)	-	-	-	(11)	-	-	-	(104)	-	-	-	-	(570)
Reclassificações (**)	(1)	-	(4.408)	-	-	7	87	-	-	-	-	-	-	-	(4.315)
Depreciações	(364)	(7.575)	-	(3.941)	-	(2.824)	(3.968)	(105)	(536)	(12.150)	-	-	-	(40)	(31.503)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	5.068	55.249	22.948	14.278	66.368	6.111	10.604	273	18.868	64.397	-	-	-	128	264.292
Saldos em 31 de dezembro de 2021															
Custo	13.524	166.354	22.948	65.427	66.368	47.212	60.358	1.895	27.137	95.492	-	-	-	839	567.554
Depreciação acumulada	(8.456)	(111.105)	-	(51.149)	-	(41.101)	(49.754)	(1.622)	(8.269)	(31.095)	-	-	-	(711)	(303.262)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	5.068	55.249	22.948	14.278	66.368	6.111	10.604	273	18.868	64.397	-	-	-	128	264.292
Movimentações															
Aquisições / transferências	2.799	1.997	47.368	4.856	6.347	2.371	975	-	-	8.451	42.341	99.909	70.077	-	287.491
Baixas	-	(1.254)	-	(2)	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.268)
Reclassificações (**)	-	-	(295)	89	-	49	27	-	-	-	16.362	14.947	10.677	-	41.856
Depreciações	(439)	(6.235)	-	(3.427)	-	(1.964)	(2.555)	(69)	(402)	(9.900)	(4.178)	(5.124)	(3.632)	(36)	(37.961)
Saldos líquidos em 30 de setembro de 2022	7.428	49.757	70.021	15.794	72.715	6.555	9.051	204	18.466	62.948	54.525	109.732	77.122	92	554.410
Saldos em 30 de setembro de 2022															
Custo	16.323	165.099	70.021	70.001	72.715	49.603	61.359	1.895	27.140	103.942	58.703	114.856	80.754	836	893.247
Depreciação acumulada	(8.895)	(115.342)	-	(54.207)	-	(43.048)	(52.308)	(1.691)	(8.674)	(40.994)	(4.178)	(5.124)	(3.632)	(744)	(338.837)
Saldos líquidos em 30 de setembro de 2022	7.428	49.757	70.021	15.794	72.715	6.555	9.051	204	18.466	62.948	54.525	109.732	77.122	92	554.410

(\*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(\*\*) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(\*\*\*) O Direito de uso referente aos pagamentos iniciais de outorga, as parcelas mensais de arrendamento e a movimentação mínima contratual - MMC são depreciadas a taxa de 5% a.a. e as parcelas anuais de arrendamento depreciadas a taxa de 20% a.a.

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 foram de R\$24.047 (R\$14.866 em 31 de dezembro de 2021) referentes aos empréstimos e financiamentos não diretamente atribuíveis as imobilizações da Companhia com taxa média de juros de 10,14% a.a. e 5,70% a.a., respectivamente, conforme notas explicativas nº 13 e 14. A controlada Tecon Vila do Conde possui equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das respectivas aquisições (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME). O valor de custo desses ativos foi de R\$3.387 (R\$3.387 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas ("Rubber Tyred Gantry – RTG"), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 30 de setembro de 2022, tinha o valor contábil de R\$377 (R\$416 em 31 de dezembro de 2021).

## 12. Intangível

	Controladora										
	Vida útil definida										
	Direito de exploração						Outros				
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Saboo 42.000m2 (**)	Saboo 64.412m2 (***)	Concessão da Santos-Brasil S.A.	Concessão da Pará Empreendimentos	Concessão da TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento	Total
Taxa média de amortização (% a.a.)	4,1	4,9	4,7	55,3	62	3,1	6,3	4,4	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	1.098.923	598.231	10.674	1.959	-	66.914	2.193	9.381	5.971	202.375	1.996.621
Movimentações											
Aquisições / transferências	136.984 (1.218)	143.592	352	11.183	4.784	-	-	-	4.354	195.298	496.547 (1.218)
Baixa	665	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações (*)		-	28	-	-	-	-	-	100	3.843	
Amortizações	(54.970)	(57.249)	(966)	(8.964)	(2.982)	(2.486)	(174)	(829)	(2.086)	-	(130.706)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.180.384	684.574	10.088	4.178	1.802	64.428	2.019	8.552	8.339	400.723	2.365.087
Saldos em 31 de dezembro de 2021											
Custo	1.972.966 (792.582)	1.176.954 (492.380)	20.240 (10.152)	16.194 (12.016)	4.784 (2.982)	321.265 (256.837)	37.758 (35.739)	18.983 (10.431)	33.352 (25.013)	400.723 -	4.003.219 (1.638.132)
Amortização acumulada											
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.180.384	684.574	10.088	4.178	1.802	64.428	2.019	8.552	8.339	400.723	2.365.087
Movimentações											
Aquisições / transferências	273.746 (149)	62.765	661	6.139	2.626	-	-	-	2.067	(24.072)	323.932 (639)
Baixa	(41.959)	-	-	-	-	-	-	-	-	(490)	(42.869)
Reclassificações (*)		-	-	-	-	-	-	-	298	(1.208)	
Amortizações	(46.598)	(48.472)	(766)	(9.123)	(3.901)	(1.865)	(129)	(621)	(1.936)	-	(113.411)
Saldos líquidos em 30 de setembro de 2022	1.365.424	698.867	9.983	1.194	527	62.563	1.890	7.931	8.768	374.953	2.532.100
Saldos em 30 de setembro de 2022											
Custo	2.203.544 (838.120)	1.239.721 (540.854)	20.901 (10.918)	22.333 (21.139)	7.411 (6.884)	321.265 (258.702)	37.758 (35.868)	18.983 (11.052)	35.717 (26.949)	374.953 -	4.282.586 (1.750.486)
Amortização acumulada											
Saldos líquidos em 30 de setembro de 2022	1.365.424	698.867	9.983	1.194	527	62.563	1.890	7.931	8.768	374.953	2.532.100

(\*) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(\*\*) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses, renovado por mais 6 (seis) meses a partir de maio de 2022.

(\*\*\*) Direito de exploração com vigência de 6 (seis) meses.

	Consolidado													
	Vida útil definida												Vida útil indefinida	
	Direito de exploração												Ágio nas aquisições	
	Terminal					Softwares			Outros intangíveis					
Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Sabotó 42.000m2 (**)	Sabotó 64.412m2 (****)	Tecon de Vila do Conde	Veículos/ TEV	Concessão da Santos-Brasil S.A.	Concessão da Pará Empreendimentos	Concessão da TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento	Santos Brasil Logística (*)	Total	
Taxa média de amortização (% a.a.)	4,1	4,9	4,7	55,3	62	7,5	4,5	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	1.098.923	598.231	10.674	1.959	-	64.178	224.765	66.914	2.193	9.381	6.758	216.241	39.465	2.339.682
Movimentações														
Aquisições / transferências	136.984 (1.218)	143.592	352	11.183	4.784	16.856	37.118	-	-	-	5.136	188.400	-	544.405 (1.218)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações (**)	665	-	28	-	-	-	1	-	-	-	248	3.374	-	4.316
Amortizações	(54.972)	(57.249)	(966)	(8.964)	(2.982)	(6.207)	(18.489)	(2.488)	(174)	(829)	(2.404)	-	-	(155.724)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.180.382	684.574	10.088	4.178	1.802	74.827	243.395	64.426	2.019	8.552	9.738	408.015	39.465	2.731.461
Saldos em 31 de dezembro de 2021														
Custo	1.972.966	1.176.954	20.240	16.194	4.784	123.674	408.547	321.265	37.758	18.983	44.212	408.015	47.576	4.601.168
Amortização acumulada	(792.584)	(492.380)	(10.152)	(12.016)	(2.982)	(48.847)	(165.152)	(256.839)	(35.739)	(10.431)	(34.474)	-	(8.111)	(1.869.707)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	1.180.382	684.574	10.088	4.178	1.802	74.827	243.395	64.426	2.019	8.552	9.738	408.015	39.465	2.731.461
Movimentações														
Aquisições / transferências	273.746 (149)	62.765	661	6.139	2.626	6.679	17.435	-	-	-	2.133	(1.260)	-	370.924 (639)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(490)	-	-
Reclassificações (*)	(41.959)	-	-	-	-	54	-	-	-	-	1.258	(1.208)	-	(41.855)
Amortizações	(46.600)	(48.472)	(766)	(9.123)	(3.901)	(5.329)	(14.936)	(1.864)	(129)	(621)	(2.281)	-	-	(134.022)
Saldos líquidos em 30 de setembro de 2022	1.365.420	698.867	9.983	1.194	527	76.231	245.894	62.562	1.890	7.931	10.848	405.057	39.465	2.925.869
Saldos em 30 de setembro de 2022														
Custo	2.203.541	1.239.721	20.901	22.333	7.411	130.407	425.983	321.264	37.758	18.983	47.602	405.057	47.576	4.928.537
Amortização acumulada	(838.121)	(540.854)	(10.918)	(21.139)	(6.884)	(54.176)	(180.089)	(258.702)	(35.868)	(11.052)	(36.754)	-	(8.111)	(2.002.668)
Saldos líquidos em 30 de setembro de 2022	1.365.420	698.867	9.983	1.194	527	76.231	245.894	62.562	1.890	7.931	10.848	405.057	39.465	2.925.869

### 13. Empréstimos e financiamentos

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Moeda da Transação
				30.09.2022	31.12.2021	
Moeda nacional:						
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	-	20.091	R\$
Total				-	20.091	
(-) Circulante				-	(20.091)	
Não circulante				-	-	
	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da Transação
				30.09.2022	31.12.2021	
Moeda nacional:						
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	319	788	R\$
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	-	20.091	R\$
				319	20.879	
Moeda estrangeira:						
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	6.088	12.228	€
				6.088	12.228	
Total				6.407	33.107	
(-) Circulante				(4.386)	(25.710)	
Não circulante				2.021	7.397	

(\*) O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde possui *covenants*, vide principais compromissos e cálculo a seguir.

- (a) Em 22 de junho de 2018 foi celebrado o aditamento da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação com o Banco Itaú alterando o vencimento de junho de 2020 para junho de 2021, referente captação de R\$100.000, realizada em 21 de junho de 2017. Também houve alteração no percentual da taxa acrescida do CDI, alterando de 2,00% a.a. para 1,85% a.a.

Em 22 de junho de 2020 foi celebrado o segundo aditivo da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação com o Banco Itaú prorrogando o prazo final da dívida de junho de 2021 para junho de 2022. A taxa acrescida do CDI também foi alterada de 1,85% a.a. para 2,75% a.a. Em 17 de junho de 2022 a operação foi liquidada.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Saldo inicial	20.091	60.142	33.107	78.819
Juros e custos apropriados	150	715	433	1.420
Juros capitalizados (*)	1.111	2.553	1.111	2.553
Variação monetária e cambial	-	-	(1.859)	(7)
(-) Amortização da dívida	(20.000)	(40.038)	(24.616)	(45.624)
(-) Juros pagos (**)	(1.352)	(3.281)	(1.769)	(4.054)
Saldo final	-	20.091	6.407	33.107

(\*) Juros capitalizados, conforme nota explicativa nº11.

(\*\*) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".



O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde, possui *covenant*, a ser apurado pela Companhia, decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, cujo quociente deverá ser igual ou inferior a 2,5 (vezes), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas da Companhia.

Em 30 de setembro de 2022, o índice (“*covenants*”) estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado 30.09.2022
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	756.145
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	6.407
Debêntures	321.870
Arrendamento mercantil	285.818
Swap	3.254
Dívida líquida	(138.796)
EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses findos em 30.09.2022	765.756
Dívida líquida / EBITDA (LAJIDA) igual ou inferior a 2,5 vezes	(0,2)

### Garantias

#### *Garantias concedidas*

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Fevereiro/23	R\$	Equipamento objeto da transação (a)
FINAME	Abril/23	R\$	Equipamento objeto da transação (a)

(a) Conforme nota explicativa nº 11.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

#### *Garantias obtidas*

Na data-base de 30 de setembro de 2022, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 30 de setembro de 2022, a dívida não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Consolidado 2024
FINIMP	2.021
Total	2.021

## 14. Debêntures

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Consolidado	
				30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Debêntures (a)	0,7% a 1% a.a.	CDI	Anual	264.927	303.497	264.927	303.497
Debêntures (b)	4,2% a.a.	IPCA	Semestral	-	-	56.943	56.631
				264.927	303.497	321.870	360.128
(-) Circulante				(33.042)	(38.924)	(39.855)	(44.869)
Não circulante				231.885	264.573	282.015	315.259

- (a) Em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a realização da 4ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$300.000.

Em 26 de abril de 2019, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 30 de abril de 2019 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

Série	Vencimento	Taxa final ( <i>Bookbuilding</i> )	Volume Alocado (R\$)
1ª Série	25 de março de 2024	CDI + 0,70% a.a.	100.000
2ª Série	25 de março de 2026	CDI + 1,00% a.a.	200.000

- (b) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da controlada indireta Tecon Vila do Conde, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para essa emissão. A operação foi liquidada em 3 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Saldo inicial	303.497	298.376	360.128	354.375
(-) Custo das captações	(22)	(17)	(22)	(27)
Valor líquido captado	303.475	298.359	360.106	354.348
Juros e custos apropriados	3.908	4.314	5.916	6.991
Juros capitalizados (*)	22.936	12.313	22.936	12.313
Variação monetária s/ principal	-	-	2.588	5.988
(-) Amortização da dívida	(33.330)	-	(36.359)	(5.550)
(-) Juros pagos (**)	(32.062)	(11.489)	(33.317)	(13.962)
Saldo final	264.927	303.497	321.870	360.128

(\*) Juros capitalizados, conforme nota explicativa nº11.

(\*\*) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

Com base na cláusula 6.27.2, inciso XXI, da Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil e na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia.

Em 30 de setembro de 2022 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado 30.09.2022
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	756.145
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	6.407
Debêntures	321.870
Arrendamento mercantil	285.818
Swap	3.254
Dívida líquida	(138.796)
EBITDA ajustado (*)	661.951
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	(0,2)

(\*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos os pagamentos sobre obrigações com poder concedente (demonstração do fluxo de caixa) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento.

## 15. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

Contingências	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Provisão trabalhista (a)	19.580	20.633	23.646	23.188
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	9.555	9.094	12.264	11.671
Provisão tributária (d)	1.675	1.675	2.075	4.999
Outros processos	2.021	2.313	2.874	3.365
Total	32.831	33.715	40.859	43.223

Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Relativos às contingências:				
Processos trabalhistas (a)	3.157	3.467	3.471	3.867
Processo FAP (b)	6.128	5.857	7.693	7.354
Processo CADE - multa (c)	2.450	2.372	2.450	2.372
Processo CADE - faturamento TRA (c)	244.692	226.574	244.692	226.574
Outros processos	130	130	130	130
Outros depósitos judiciais (e)	49.883	39.949	56.195	46.559
Subtotal	306.440	278.349	314.631	286.856
Relativo aos fornecedores:				
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	15.083	15.083	15.083	15.083
OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra (g)	-	16.582	-	16.582
Subtotal	15.083	31.665	15.083	31.665
Total	321.523	310.014	329.714	318.521

### (a) Trabalhista

Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$19.580 (R\$20.633 em 31 de dezembro de 2021), para os quais existem depósitos judiciais de R\$3.157 (R\$3.467 em 31 de dezembro de 2021) e 18 seguros garantindo o montante de R\$130.068 (R\$122.815 em 31 de dezembro de 2021); (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$1.748 (R\$2.115 em 31 de dezembro de 2021), para os quais existem depósitos judiciais de R\$243 (R\$351 em 31 de dezembro de 2021) e 2 seguros garantindo o montante de R\$43 (R\$43 em 31 de dezembro de 2021); e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$2.318 (R\$441 em 31 de dezembro de 2021), para os quais existem depósitos judiciais de R\$71 (R\$49 em 31 de dezembro de 2021) e 9 seguros garantindo o montante de R\$3.302 (R\$3.472 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Fator Acidentário de Prevenção - FAP

O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$6.128 (R\$5.857 em 31 de dezembro de 2021), e de suas controladas composto de: (i) R\$1.465 (R\$1.401 em 31 de dezembro de 2021) - Santos Brasil Logística; (ii) R\$71 (R\$68 em 31 de dezembro de 2021) - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$29 (R\$28 em 31 de dezembro de 2021) - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.

(c) CADE

Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo 08012.07443/99-17 que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos. O processo teve por objeto a legalidade da cobrança dos serviços de segregação e entrega de contêineres (SSE) efetuada contra os Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs. O processo foi julgado e a Companhia condenada no âmbito do CADE a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. Em razão da decisão administrativa, a Companhia ingressou com ação judicial (item 14 do formulário de referência) e obteve decisões favoráveis de mérito em primeira e segunda instância para anular a penalidade imposta pelo CADE e declarar a legalidade da cobrança do Serviço de Segregação e Entrega, o que possibilitou à Companhia (i) dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrar os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requerer judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Antes disso, a Companhia obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$159.388 (R\$150.619 em 31 de dezembro de 2021) e R\$2.450 (R\$2.372 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. Frise-se, ainda, que nesta mesma ação estão sendo depositados os tributos decorrentes do faturamento (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) cujo montante é de R\$73.974 (R\$65.733 em 31 de dezembro de 2021). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 14 do Formulário de Referência. Sobre tais serviços ainda incide o Imposto Sobre Serviço de qualquer Natureza - ISSQN, sendo que os mesmos foram depositados judicialmente pela Companhia, com valores totais já depositados de R\$11.330 (R\$10.222 em 31 de dezembro de 2021). Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$72.261 (R\$63.991 em 31 de dezembro de 2021), estão classificados no passivo não circulante.

(d) Tributária

O provisionamento consolidado, no montante de R\$2.075 (R\$4.999 em 31 de dezembro de 2021), refere-se, principalmente: (i) à ação anulatória de débitos fiscais, no montante de R\$1.675; e (ii) outros processos, no montante de R\$400.

(e) Outros processos

Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.568 (R\$1.530 em 31 de dezembro de 2021) e R\$9.951 (R\$9.702 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$3.068 (R\$2.966 em 31 de dezembro de 2021); (iii) depósito referente a tributos federais que impedião a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$27.931 (R\$17.761 em 31 de dezembro de 2021); (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685 (R\$1.685 em 31 de dezembro de 2021); e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$5.680 (R\$6.305 em 31 de dezembro de 2021). Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impedião a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.383 (R\$3.383 em 31 de dezembro de 2021), e a processos trabalhistas, no montante de R\$699 (R\$790 em 31 de dezembro de 2021); (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$502 (R\$525 em 31 de dezembro de 2021), outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$1.578 (R\$1.578 em 31 de dezembro de 2021), e a bloqueios judiciais, no montante de R\$144 (R\$7 em 31 de dezembro de 2021); e (iii) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$6 (R\$6 em 31 de dezembro de 2021).

(f) SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar")

Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, que delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, efetuou os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba levantou o montante de R\$8.691. Em 30 de setembro de 2022, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083 (R\$15.083 em 31 de dezembro de 2021). O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$15.021 (R\$15.021 em 31 de dezembro de 2021), na rubrica "Fornecedores". Em agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Em 26 de agosto de 2021, foi dado parcial provimento ao apelo da SCPAR para reconhecer a sucumbência parcial da Companhia na primeira parte da ação de consignação. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração os quais aguardam julgamento. Para 30 de setembro de 2022, não houve mudança no andamento do processo.

(g) OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra

Em 30 de março de 2019, a contribuição paga pelos Operadores Portuários ao OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra, para custear suas despesas administrativas e operacionais, bem como o passivo das ações existentes, passou a ser calculada com base no volume de toneladas movimentadas por cada Operador Portuário. Este novo modelo difere do critério até então vigente, que considerava a quantidade de mão de obra avulsa requisitada ao OGMO para movimentação de carga. Em 1º de abril de 2019, a Ação Ordinária nº 10063282820198260562, visando à nulidade da Assembleia que instituiu a nova forma de contribuição e reconhecendo a ilegalidade de tal critério. Em 20 de outubro de 2021 as Partes se compuseram, definindo o regramento para o custeio das despesas do OGMO. O valor depositado pela Companhia, no montante de R\$16.582 (R\$16.582 em 31 de dezembro de 2021) foi integralmente levantado pelo OGMO em setembro de 2022. Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 22 do Formulário de Referência.

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual será de responsabilidade de seus antigos acionistas. Em 30 de setembro de 2022, os processos foram liquidados pela Companhia. Os valores desembolsados pela Companhia serão objeto de compensação de precatórios que os antigos controladores têm a receber, conforme nota explicativa nº 8. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$2.924 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos".

As movimentações das provisões para contingências, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Controladora				Total
	Provisão trabalhista	Provisão FAP	Provisão tributária	Outros processos	
Saldo em 31.12.2020	21.061	8.886	1.643	2.762	34.352
Adições	1.035	208	16	85	1.344
Pagamento de condenação	(16.218)	-	(140)	(2.009)	(18.367)
Outras movimentações (*)	14.755	-	156	1.475	16.386
Saldo em 31.12.2021	20.633	9.094	1.675	2.313	33.715
Adições	174	461	-	-	635
Pagamento de condenação	(12.835)	-	-	(1.461)	(14.296)
Outras movimentações (**)	11.608	-	-	1.169	12.777
Saldo em 30.09.2022	19.580	9.555	1.675	2.021	32.831

(\*) O montante de R\$16.386 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$12.696.

(\*\*) O montante de R\$12.777 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$10.133.

	Consolidado				Total
	Provisão trabalhista	Provisão FAP	Provisão tributária	Outros processos	
Saldo em 31.12.2020	22.660	11.405	4.808	2.835	41.708
Adições	1.330	266	16	641	2.253
Pagamento de condenação	(17.808)	-	(140)	(2.769)	(20.717)
Outras movimentações (*)	17.006	-	315	2.658	19.979
Saldo em 31.12.2021	23.188	11.671	4.999	3.365	43.223
Adições	174	593	248	-	1.015
Pagamento de condenação	(14.425)	-	(920)	(1.810)	(17.155)
Outras movimentações (**)	14.709	-	(2.252)	1.319	13.776
Saldo em 30.09.2022	23.646	12.264	2.075	2.874	40.859

(\*) O montante de R\$19.979 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$15.371.

(\*\*) O montante de R\$13.776 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$13.028.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$977.225 (R\$902.865 em 31 de dezembro de 2021), nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações financeiras.

As movimentações dos processos possíveis, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados nos quadros a seguir:

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2021	Adições (*)	Outras movimentações (**)	Saldo em 30.09.2022
Aduaneira	9.207	1	-	9.208
Cível	80.133	185	6.630	86.948
Trabalhista (a)	175.392	28.877	18.323	222.592
Tributária (b)	628.976	991	18.899	648.866
Outras	9.157	42	412	9.611
Total	902.865	30.096	44.264	977.225

(\*) Referem-se ao ingresso de novas ações contra a Companhia e que foram classificados com probabilidade de perda possível.

(\*\*) Referem-se, basicamente, a alterações de probabilidade de perda, e atualizações monetárias de processos em andamento. As principais movimentações do período são referentes a atualização da contingência dos Autos de Infração referentes ao ágio e PIS / COFINS (tributário), Processo Sindestiva (trabalhista), todos com explicações abaixo, nesta Nota.

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2020	Adições (*)	Outras movimentações (**)	Saldo em 31.12.2021
Aduaneira	8.631	19	557	9.207
Cível	69.179	12.042	(1.088)	80.133
Trabalhista (a)	81.183	103.820	(9.611)	175.392
Tributária (b)	587.242	13.828	27.906	628.976
Outras	12.212	372	(3.427)	9.157
Total	758.447	130.081	14.337	902.865

(\*) Referem-se a novos processos classificados com probabilidade de perda possível. Quanto aos processos trabalhistas, às adições são relacionadas a diversas reclamações ajuizadas no período, sendo o principal processo movido pelo Sindicato dos Estivadores de Santos - SINDESTIVA, no montante de R\$78.697 (processo destacado ao final desta nota).

(\*\*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente. A principal movimentação do período é referente à atualização da contingência do Processo Ágio, cujo saldo de contingência em 31 de dezembro de 2021 era de R\$379.230 e em 31 de dezembro de 2021 passou a ser de R\$387.019.

a) Trabalhista

Processo SINDESTIVA

O Sindicato dos Estivadores de Santos que propôs ação judicial contra a Companhia visando à cobrança de multa diária por um suposto descumprimento de uma decisão judicial proferida em 2016 pela Justiça Trabalhista do Guarujá. Segundo as alegações do Sindicato, a decisão judicial descumprida obrigou a Companhia a contratar, para o exercício das atividades de estivador, somente trabalhadores portuários vinculados ao Sindicato dos Estivadores. O valor inicial pretendido pelo Sindicato foi de R\$721.063 milhões, que representaria o valor da multa estipulada na decisão calculada de 2016 a 2021 (R\$20 mil por dia por trabalhador irregular). A Companhia apresentou defesa na primeira instância, sendo proferida decisão de mérito confirmando o descumprimento da decisão e fixando a multa no valor de R\$70 milhões. Em março de 2021 a Companhia interpôs recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ("TRT2") defendendo o não descumprimento da decisão judicial, visto que vem utilizando mão de obra portuária para o desempenho das atividades de estivador, nos termos da Lei 12.815 (Lei dos Portos). Em 28 de outubro de 2021, a 12ª Turma do TRT2 negou provimento ao recurso interposto pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia aguardava o julgamento do Recurso de Revista pelo Tribunal Superior do Trabalho. Segundo os assessores legais da Companhia, há chances possíveis de reversão da decisão desfavorável à Companhia perante o Tribunal Superior do Trabalho. Em 30 de setembro de 2022 o valor atualizado era de R\$92.504 (R\$78.697 em 31 de dezembro de 2021).

b) Tributária

Processo Ágio

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$334.495. Segundo o auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão.

A Companhia e sua controlada Numeral 80 impugnaram o auto de infração ao fundamento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. O valor da Autuação, para 30 de setembro de 2022, é de R\$404.242 (R\$387.019 em 31 de dezembro de 2021). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 1 do Formulário de Referência.

Processo PIS / COFINS

Em outubro de 2019, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018. 00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R\$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Companhia creditou-se de forma indevida de alguns insumos. A Companhia apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente. Em 30 de setembro de 2022, o valor atualizado é de R\$21.165 (R\$24.927 em 31 de dezembro de 2021). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 7 do Formulário de Referência.

## **16. Obrigações com Poder Concedente**

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

Controladora

Contratos	Saldo contábil 31.12.2020	Adições	Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2021	Adições	Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 30.09.2022
<b>Arrendamento:</b>											
Tecon Santos	754.079	-	31.625	134.765	(51.815)	868.654	-	23.543	102.654	(41.766)	953.085
Tecon Imbituba	37.591	-	1.423	14.737	(4.840)	48.911	-	1.024	6.454	(4.150)	52.239
Saboó 42.000 m2	1.720	9.551	1.356	-	(9.154)	3.473	5.243	157	-	(7.843)	1.030
Saboó 64.412 m2	-	4.627	66	-	(2.998)	1.695	2.541	76	-	(3.799)	513
	793.390	14.178	34.470	149.502	(68.807)	922.733	7.784	24.800	109.108	(57.558)	1.006.867
<b>MMC:</b>											
Tecon Imbituba	384.291	-	11.603	128.514	(6.232)	518.176	-	8.342	56.125	(6.030)	576.613
TCG Imbituba	5.527	-	201	352	(602)	5.478	-	144	662	(485)	5.799
Saboó 42.000 m2	410	1.632	232	-	(1.536)	738	895	27	-	(1.330)	330
Saboó 64.412 m2	-	156	2	-	(87)	71	86	3	-	(128)	32
	390.228	1.788	12.038	128.866	(8.457)	524.463	981	8.516	56.787	(7.973)	582.774
<b>Obrigações com poder concedente</b>	<b>1.183.618</b>	<b>15.966</b>	<b>46.508</b>	<b>278.368</b>	<b>(77.264)</b>	<b>1.447.196</b>	<b>8.765</b>	<b>33.316</b>	<b>165.895</b>	<b>(65.531)</b>	<b>1.589.641</b>
(-) Circulante	(96.142)					(153.839)					(190.404)
Não circulante	1.087.476					1.293.357					1.399.237

(\*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.



Contratos	Consolidado										
	Saldo contábil 31.12.2020	Adições	Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2021	Adições	Juros apropriados	Varição monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 30.09.2022
<b>Arrendamento:</b>											
Tecon Santos	754.079	-	31.625	134.765	(51.815)	868.654	-	23.543	102.654	(41.766)	953.085
Tecon Imbituba	37.591	-	1.423	14.737	(4.840)	48.911	-	1.024	6.454	(4.150)	52.239
Saboó 42.000 m2	1.720	9.551	1.356	-	(9.154)	3.473	5.243	157	-	(7.843)	1.030
Saboó 64.412 m2	-	4.627	66	-	(2.998)	1.695	2.541	76	-	(3.799)	513
Tecon Vila do Conde	14.741	-	616	1.948	(1.546)	15.759	4.731	444	-	(1.402)	19.532
Terminal de Veículos/TEV	49.470	-	1.811	16.750	(5.851)	62.180	-	1.314	7.893	(4.844)	66.543
	857.601	14.178	36.897	168.200	(76.204)	1.000.672	12.515	26.558	117.001	(63.804)	1.092.942
<b>MMC:</b>											
Tecon Imbituba	384.291	-	11.603	128.514	(6.232)	518.176	-	8.342	56.125	(6.030)	576.613
TCG Imbituba	5.527	-	201	352	(602)	5.478	-	144	662	(485)	5.799
Saboó 42.000 m2	410	1.632	232	-	(1.536)	738	895	27	-	(1.330)	330
Saboó 64.412 m2	-	156	2	-	(87)	71	86	3	-	(128)	32
Tecon Vila do Conde	14.491	-	606	1.914	(1.520)	15.491	-	437	-	(1.251)	14.677
Terminal de Veículos/TEV	59.776	-	2.189	20.246	(7.071)	75.140	-	1.588	9.540	(5.853)	80.415
	464.495	1.788	14.833	151.026	(17.048)	615.094	981	10.541	66.327	(15.077)	677.866
<b>Obrigações com poder concedente</b>											
	1.322.096	15.966	51.730	319.226	(93.252)	1.615.766	13.496	37.099	183.328	(78.881)	1.770.808
<b>(-) Circulante</b>											
Não circulante	(104.239)					(165.110)					(203.603)
	1.217.857					1.450.656					1.567.205

(\*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

**Em 30 de setembro de 2022, o compromisso com poder concedente não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:**

	Controladora			
	2023	2024	2025	2026 até o término do contrato
				Total
Tecon Santos	7.090	28.568	28.928	860.333
Tecon Imbituba	11.038	44.638	45.466	368.202
TCG Imbituba	124	502	517	3.831
	18.252	73.708	74.911	1.232.366
				1.399.237

	Consolidado			
	2023	2024	2025	2026 até o término do contrato
				Total
Tecon Santos	7.090	28.568	28.928	860.333
Tecon Imbituba	11.038	44.638	45.466	368.202
TCG Imbituba	124	502	517	3.831
Tecon Vila do Conde	675	2.744	2.817	25.307
Terminal de Veículos/TEV	2.663	10.764	10.966	112.032
	21.590	87.216	88.694	1.369.705

#### Períodos de vigência dos contratos e seguro garantia

Contratos	Início do contrato	Término do contrato	Seguro garantia
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047	Abril/2022 a Abril/2023
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033	Julho/2022 a Julho/2023
TCG Imbituba	Junho/2007	Junho/2032	Julho/2022 a Julho/2023
Saboó 42.000 m2	Maio/2022	Novembro/2022	Maio/2022 a Janeiro/2023
Saboó 64.412 m2	Maio/2022	Novembro/2022	Maio/2022 a Janeiro/2023
Tecon Vila do Conde	Setembro/2003	Setembro/2033	Julho/2022 a Julho/2023
Terminal de Veículos/TEV	Janeiro/2010	Janeiro/2035	Julho/2022 a Julho/2023

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 30 de setembro de 2022 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M, INPC e IPCA:

Contratos	Em reais - R\$		
	Custo por contêiner movimentado	Custo por tonelada movimentada	Custo por veículo movimentado
Tecon Santos (a) *	58,00	-	-
Tecon Santos (b) *	28,88	-	-
Tecon Imbituba (c)	152,70	-	-
TCG Imbituba (d)	-	3,68	-
TCG Imbituba (e)	-	8,14	-
TCG Imbituba (f)	-	4,90	-
Saboó 42.000 m2 (g)	-	3,23	-
Saboó 42.000 m2 (h)	-	-	16,14
Saboó 64.412 m2 (i)	-	4,88	-
Saboó 64.412 m2 (j)	3,70	-	-
Tecon Vila do Conde (k)	35,99	-	-
Tecon Vila do Conde (l)	7,20	-	-
Tecon Vila do Conde (m)	-	3,60	-
Terminal de Veículos/TEV (n)	-	-	28,67

(\*) Contrato atualizado pelo IPCA a partir de 2021, conforme decisão da Advocacia Geral da União.

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (g) Valor por tonelada de celulose movimentada, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (h) Valor por veículo movimentado, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (i) Valor por tonelada movimentada, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (j) Valor por contêiner movimentado, a título de arrendamento variável (movimentação).
- (k) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (l) Valor devido por contêiner vazio.
- (m) Valor devido por tonelada.
- (n) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

## 17. Arrendamento mercantil - Consolidado

### a) Ativo de direito de uso

	Controladora		Consolidado			
	Santos Brasil Participações		Santos Brasil Participações		Santos Brasil Logística	
	Imóvel	Terminais Itaquí	Total do ativo	Imóvel	Terminais Itaquí	Máquinas e equipamentos
Saldo contábil 31.12.2020	2.265	-	2.265	2.265	-	876
Adições / Baixas	(60)	-	(60)	(60)	-	8.406
Depreciação	(532)	-	(532)	(532)	-	(4.028)
Saldo contábil 31.12.2021	1.673	-	1.673	1.673	-	5.254
Adições / Baixas	341	254.313	254.654	341	254.313	8.110
Depreciação	(372)	(12.934)	(13.306)	(372)	(12.934)	(6.376)
Saldo contábil 30.09.2022	1.642	241.379	243.021	1.642	241.379	59.204
						2.102
						304.327

### b) Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado			
	Santos Brasil Participações (I)		Santos Brasil Participações (I)		Santos Brasil Logística (II)	
	Imóvel	Terminais Itaquí	Total do passivo	Imóvel	Terminais Itaquí	Máquinas e equipamentos
Arrendamentos (Passivo)						
Saldo contábil 31.12.2020	2.270	-	2.270	2.270	-	932
Adições / Baixas	(106)	-	(106)	(106)	-	8.406
Juros apropriados	111	-	111	111	-	370
Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	46	-	46	46	-	-
Pagamentos	(601)	-	(601)	(601)	-	(4.313)
Saldo contábil 31.12.2021	1.720	-	1.720	1.720	-	5.395
Adições	-	191.671	191.671	-	191.671	-
Juros apropriados	66	8.338	8.404	66	8.338	196
Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	341	20.552	20.893	341	20.552	-
Pagamentos	(424)	(3.128)	(3.552)	(424)	(3.128)	(3.375)
Saldo contábil 30.09.2022	1.703	217.433	219.136	1.703	217.433	2.216
						285.818

(\*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

(I) Santos Brasil Participações

Em 20 de dezembro de 2020, a Companhia assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de salas comerciais em São Paulo da nova sede da Companhia, que possui vencimento em 19 de dezembro de 2025, utilizando a taxa de desconto de 5,91% a.a.

Em 13 de agosto de 2021, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários e da EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária, os Contratos de Arrendamento nº 05/2021; nº 08/2021 e nº 07/2021 (nota explicativa nº 1). O início de vigência do prazo do arrendamento, ocorreu em 4 de abril de 2022 quando foram assinados os Termos de Aceitação Provisória e Permissão de Uso (TAPs) com prazo de 20 anos prorrogáveis por um período máximo de 70 anos, utilizando a taxa de desconto de 9,38% a.a. Os contratos contemplam pagamentos variáveis de Movimentação Mínima Contratual - MMC, tendo em seus desembolsos de caixa carência de 3 anos nos contratos IQI 03 e IQI 11 e de 4 anos no IQI 12. Os contratos possuem seguro garantia com vigência de agosto de 2022 à agosto de 2023.

(II) Santos Brasil Logística

Em 20 de fevereiro de 2020, a controlada Santos Brasil Logística assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel do Centro de Distribuição - Imigrantes, que possui início de vigência em 1º de junho de 2020 e vencimento em 27 de maio de 2031, utilizando a taxa de desconto de 5,91% a.a.

Em 6 de julho de 2021, a controlada Santos Brasil Logística, assinou a renegociação do aluguel do Centro de Distribuição - SBC, que passa a ter vencimento em dezembro de 2028, utilizando a taxa de desconto de 7,48% a.a.

(III) Tecon Vila do Conte

Em 08 de junho de 2021, a controlada Tecon Vila do Conte assinou acordo de arrendamento, referente renovação do aluguel do MHC, utilizando a taxa de desconto de 7,48% a.a., com vigência até abril de 2023.

A taxa de desconto para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, de 5,91% e 7,48% ao ano (5,91% e 7,48% em 31 de dezembro de 2021), para contratos com vencimento de até 5 anos, foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade das controladas. Para os contratos dos Terminais de Itaqui (IQI 03, IQI 11 e IQI 12) com vencimento de 20 anos, a taxa de desconto utilizada foi de 9,38% ao ano, conforme Nota Técnica Conjunta SEI nº 02/2018/STN/SEPRAC/SEFEL do Ministério da Fazenda, determinada nas premissas dos Leilões.

Em 30 de setembro de 2022, o saldo não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora				Total
	2023	2024	2025	2026 até o término do contrato	
Santos Brasil Participações	(1.809)	17.500	22.096	166.066	203.853

  

	Consolidado				Total
	2023	2024	2025	2026 até o término do contrato	
Santos Brasil Participações	(1.809)	17.500	22.096	166.066	203.853
Santos Brasil Logística	2.079	8.625	9.149	36.591	56.444
	270	26.125	31.245	202.657	260.297

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Controladora			
	30.09.2022		31.12.2021	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	343.490	219.136	1.920	1.720
PIS / COFINS potencial (9,25%)	31.773	20.270	178	159

  

Fluxo de caixa	Consolidado			
	30.09.2022		31.12.2021	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	423.571	285.818	85.790	69.087
PIS / COFINS potencial (9,25%)	39.180	26.438	7.936	6.391

c) Arrendamento operacional

A Companhia e sua controlada Terminal de Veículos/TEV também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas, com vencimentos no circulante, os quais, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, geraram despesas no montante de R\$301 (R\$215 em 30 de setembro de 2021).

## 18. Patrimônio líquido – Controladora

a) Capital social

	Ações ordinárias	
	30.09.2022	31.12.2021
Existentes no início do exercício	862.830.552	862.478.378
Opção de ações exercidas/entregues através do plano de incentivo durante o exercício	821.854	352.174
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	863.652.406	862.830.552

Do total de ações em 30 de setembro de 2022, 858.379.874 (858.126.173 em 31 de dezembro de 2021) encontravam-se em circulação, ou seja, 99,39% e 99,45%, respectivamente, do capital total (“freefloat”), sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 28 de julho de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento de capital referente ao exercício de opção de compra de ações ocorrido em 7 de junho de 2022, no montante de R\$2.200, dividido em 660.563 ações ordinárias, e o montante de R\$850 dividido em 161.291 ações ordinárias com data de 1 de agosto de 2022, em face do exercício do 2º Programa de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia - Performance Share.

b) Reserva de capital

*Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações*

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$65.121 em 30 de setembro de 2022 (R\$65.328 em 31 de dezembro de 2021) e do plano de incentivo atrelado a ações: *Performance Share*, no montante de R\$6.426 (R\$4.514 em 31 de dezembro de 2021) e *Matching* de ações, no montante de R\$3.654 (R\$2.283 em 31 de dezembro de 2021), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

*Outras*

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

Até 30 de setembro de 2022, a Companhia registrou custos de emissão complementar de ações referente às novas ações emitidas para Oferta Restrita, conforme nota explicativa nº 18.a), no montante de R\$(24.753).

Até 30 de setembro de 2022, foram exercidas opções de compras de ações, onde a Companhia entregou ações que estavam em tesouraria, gerando um resultado de R\$(4.153) (R\$(3.614) até 31 de dezembro de 2021).

c) Reserva de lucros

*Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

*Reserva para investimento e expansão*

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital, tendo em 30 de setembro de 2022 o montante de R\$88 (R\$140.088 em 31 de dezembro de 2021). Em 2 de setembro de 2022 foi deliberado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$140.000, conforme item d) desta nota explicativa.

*Recompra de ações*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram entregues 478.593 ações em tesouraria referentes a opções exercidas de *Stock Option* e ações entregues de *Matching* de ações, gerando um resultado de R\$1.548.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foram entregues 371.690 ações em tesouraria referentes a opções exercidas de *Stock Option* e ações entregues de *Matching* de ações, gerando um resultado de R\$1.201.

Em 9 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programa de recompra de ações de emissão da Companhia ("Programa de Recompra"), que serão mantidas em tesouraria, a princípio, sem redução do capital social. O Programa de Recompra reforça a confiança da Companhia no valor justo de sua ação e tem por objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas.

O Programa de Recompra será limitado a 85.000 (oitenta e cinco milhões) ações ordinárias de emissão da Companhia, em atendimento ao artigo 8º da Instrução CVM nº 567/2015, que estabelece o máximo de 10% de ações em tesouraria de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado, e terá prazo máximo de 18 meses, contados da sua aprovação.

A seguir, posição em 30 de setembro de 2022 de ações compradas pela Companhia:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço		
				Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
Saldo original	6.138.745	19.844	46.286	3,23	2,90	3,70
(-) Ações entregues	(6.091.187)	(19.689)				
Saldo Atual	47.558	155	359			

(\*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do período.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

Em 2 de setembro de 2022, foi deliberado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$326.500, sendo: R\$186.500 com base no balanço semestral levantado em 30 de junho de 2022 e R\$140.000 com a reserva de lucros.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

*Assistência médica complementar*

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 26), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

## 19. Receita operacional

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, bem como a desagregação da receita, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Receita bruta	1.089.906	838.470	1.678.093	1.260.886
Terminais Portuários	1.089.906	838.470	1.201.607	948.613
Operações Portuárias	606.585	450.425	675.243	513.431
Armazenagem Alfandegada	473.350	372.789	511.034	415.822
Carga Geral	9.971	15.256	15.330	19.360
Logística	-	-	370.037	251.072
Transportes	-	-	32.831	28.730
Armazenagem Alfandegada	-	-	294.762	184.890
Centro de Distribuição	-	-	36.937	30.001
Terminais Logísticos	-	-	5.507	7.451
Terminal de Veículos/TEV	-	-	106.449	61.201
Armazenagem Alfandegada	-	-	106.449	61.201
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(113.832)	(90.554)	(193.952)	(147.218)
Outras	(13.302)	(16.339)	(21.176)	(22.968)
Total	962.772	731.577	1.462.965	1.090.700

## 20. Despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Mão de obra avulsa	(19.815)	(22.621)	(20.672)	(23.255)
Taxas - Companhias Docas	(12.879)	(9.153)	(13.122)	(11.785)
Energia elétrica	(10.669)	(9.460)	(12.663)	(10.886)
Combustíveis e lubrificantes	(31.642)	(21.083)	(49.724)	(32.488)
Fretes	(12.787)	(8.882)	(42.957)	(35.540)
Movimentação de veículos	-	-	(25.798)	(16.720)
Outros serviços e materiais	(1.946)	(2.002)	(12.048)	(12.197)
Despesas com pessoal	(279.881)	(234.258)	(358.770)	(309.671)
Consultoria, assessoria e auditoria	(24.715)	(17.088)	(26.777)	(18.723)
Outros serviços de terceirização	(34.712)	(21.585)	(52.580)	(30.737)
Manutenção operacional	(34.594)	(31.201)	(47.492)	(41.104)
Depreciação e amortização	(133.304)	(101.887)	(171.983)	(137.196)
Aluguéis / condomínios - áreas operacionais	-	-	(8.347)	(7.264)
Comissões sobre vendas de serviços	(18.093)	(16.778)	(94.751)	(71.031)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(10.718)	(16.589)	(14.160)	(18.010)
Outras despesas	(28.111)	(20.209)	(76.520)	(54.211)
<b>Total</b>	<b>(653.866)</b>	<b>(532.796)</b>	<b>(1.028.364)</b>	<b>(830.818)</b>
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(528.980)	(430.046)	(803.018)	(655.500)
Despesas com vendas	(27.144)	(25.532)	(109.304)	(84.039)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(10.718)	(16.589)	(14.160)	(18.010)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	(87.024)	(60.629)	(101.882)	(73.269)
<b>Total</b>	<b>(653.866)</b>	<b>(532.796)</b>	<b>(1.028.364)</b>	<b>(830.818)</b>

## 21. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Outras receitas operacionais:				
Correção de adiantamento para fundo de dragagem (*)	-	2.030	-	2.030
Correção de depósitos judiciais (**)	-	4.550	-	4.560
Correção de precatórios	-	-	354	441
Ganho na venda de ativos / baixa de direito de uso	-	269	341	557
Receita com depósitos não identificados	570	682	1.290	1.503
Recuperação de energia elétrica	58	7	64	7
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	107	464	107	576
Reembolso de seguro	387	487	395	562
Outras receitas	290	262	561	417
<b>Total</b>	<b>1.412</b>	<b>8.751</b>	<b>3.112</b>	<b>10.653</b>
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(149)	(932)	(645)	(970)
Correção de provisões	(461)	(124)	(592)	(159)
ISS sobre vendas canceladas	(551)	(432)	(665)	(516)
Precatórios	-	-	(284)	(353)
<b>Total</b>	<b>(1.161)</b>	<b>(1.488)</b>	<b>(2.186)</b>	<b>(1.998)</b>

(\*) Até junho de 2021 as correções de dragagem eram feitas na rubrica "correção de adiantamento para fundo de dragagem" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser classificadas no grupo de "Receitas Financeiras".

(\*\*) Até junho de 2021 as correções de depósitos judiciais eram feitas na rubrica "correção de depósitos judiciais" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser classificadas no grupo de "Receitas Financeiras".



## 22. Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	67.786	22.267	86.860	26.636
Variações monetárias e cambiais ativas	-	-	5.071	1.771
Valor justo da operação de Swap ativa	-	-	1.248	-
Correção impostos a recuperar	2.827	354	3.012	383
Correção de depósitos judiciais (*)	9.852	4.569	9.925	4.595
Outras receitas (**)	1.886	766	2.564	1.172
Total	82.351	27.956	108.680	34.557
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(4.058)	(4.133)	(6.349)	(6.683)
Variações monetárias e cambiais passivas	-	-	(6.956)	(5.713)
Valor justo da operação de Swap passiva	-	-	(3.651)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas	(192)	(70)	(192)	(98)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(33.316)	(35.281)	(37.099)	(39.216)
Juros sobre arrendamento mercantil	(8.404)	(86)	(11.506)	(3.573)
Comissões e taxas financeiras	(1.356)	(2.788)	(1.411)	(2.837)
Correção Mov.Min.Contratual - MMC TI (***)	(8.415)	-	(8.415)	-
Outras despesas	(913)	(976)	(1.184)	(1.306)
Total	(56.654)	(43.334)	(76.763)	(59.426)

(\*) Até junho de 2021 as correções de depósitos judiciais eram feitas na rubrica "correção de depósitos judiciais" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser classificadas grupo de "Receitas Financeiras".

(\*\*) Até junho de 2021 as correções de dragagem eram feitas na rubrica "correção de adiantamento para fundo de dragagem" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser classificadas no grupo de "Receitas Financeiras".

(\*\*\*) Conforme nota explicativa nº 1.1, "Reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imituba".

## 23. Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Incentivo Atrelado a Ações – Controladora

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, aditado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching* de Ações).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia.

As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Atrelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

### a) Plano de opção de compra de ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção ("preço de exercício"), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da B3 - Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 30 de setembro de 2022, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/units (*)	Quantidade de <i>units</i> outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/units (*)	Quantidade e de <i>units</i> exercidas	Quantidade de <i>units</i> vencidas/ caducadas	Quantidade de <i>units</i> - saldo
Programas 2006 a 2015		9.581.720				2.828.178	6.753.542	-
Total das opções outorgadas		9.581.720				2.828.178	6.753.542	-

(\*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/ caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 - Programa 2016	2,29	2.897.395			1,18	2.301.593	595.802	-
1o Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		806.371	159.427	-
2o Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		769.288	196.510	-
3o Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		725.934	239.865	-
23/08/17 - Programa 2017	2,02	6.609.811			0,71	2.424.329	3.274.360	911.122
1o Lote anual		2.203.270	23/08/18	23/08/21		1.070.238	1.133.032	-
2o Lote anual		2.203.270	23/08/19	23/08/22		1.070.238	1.133.032	-
3o Lote anual		2.203.271	23/08/20	23/08/23		283.853	1.008.296	911.122
28/02/18 - Programa 2018	3,51	2.914.885			1,61	891.318	1.052.052	971.515
1o Lote anual		971.628	28/02/19	28/02/22		573.297	398.331	-
2o Lote anual		971.628	28/02/20	28/02/23		159.011	326.861	485.756
3o Lote anual		971.629	28/02/21	28/02/24		159.010	326.860	485.759
19/02/19 - Programa 2019	4,39	1.143.048			1,52	291.868	110.709	740.471
1o Lote anual		381.016	19/02/20	19/02/23		97.289	36.903	246.824
2o Lote anual		381.016	19/02/21	19/02/24		97.289	36.903	246.824
3o Lote anual		381.016	19/02/22	19/02/25		97.290	36.903	246.823
Total das opções outorgadas		<u>13.565.139</u>				<u>5.909.108</u>	<u>5.032.923</u>	<u>2.623.108</u>

(\*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses para os Planos até 2016 e para os Planos a partir de 2017 reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 no montante de R\$27 (R\$214 em 30 de setembro de 2021).

Em 2021 foram exercidos parte dos programas de 2018 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda e INSS, no montante de R\$367. Em 2022 foi exercido parte dos programas de 2017 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda, no montante de R\$234. Ambos contabilizados em reservas de capital.

Das opções vigentes até 30 de setembro de 2022, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 2,96% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,30%.

b) Planos de incentivo atrelado a ações

*Performance Shares*

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos ("Período de Carência"), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão ("Data Inicial"). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as ações que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a primeira outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Em 25 de fevereiro de 2021, foram aprovados novos programas de *Performance Shares* para os anos de 2020 (retroativo a 2 de julho de 2020) e 2021, sendo que cada programa possui 4 lotes anuais, com períodos de carência sendo: 1º lote com 2 anos de carência, 2º lote com 3 anos de carência, 3º lote com 4 anos de carência, e 4º lote com 5 anos de carência.

Em 9 de março de 2022, foi aprovado o novo programa de *Performance Shares* para o ano de 2022, com as mesmas características do programa anterior.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	1.970.443		2,31	597.403	1.373.040	-
- Lote Anual	1.970.443	23/08/20		597.403	1.373.040	-
02/07/20 - Programa 2020	889.877		5,27	161.291	61.178	667.408
1o Lote anual	222.469	02/07/22		161.291	61.178	-
2o Lote anual	222.469	02/07/23		-	-	222.469
3o Lote anual	222.469	02/07/24		-	-	222.469
4o Lote anual	222.470	02/07/25		-	-	222.470
25/02/21 - Programa 2021	896.683		5,23	-	-	896.683
1o Lote anual	224.171	25/02/23		-	-	224.171
2o Lote anual	224.171	25/02/24		-	-	224.171
3o Lote anual	224.171	25/02/25		-	-	224.171
4o Lote anual	224.170	25/02/26		-	-	224.170
09/03/22 - Programa 2022	821.944		7,09	-	-	821.944
1o Lote anual	205.486	09/03/24		-	-	205.486
2o Lote anual	205.486	09/03/25		-	-	205.486
3o Lote anual	205.486	09/03/26		-	-	205.486
4o Lote anual	205.486	09/03/27		-	-	205.486
Total das ações outorgadas	4.578.947			758.694	1.434.218	2.386.035

(\*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$3.156 (R\$2.772 em 30 de setembro de 2021).

Em 2022 foram exercidas 161.291 ações, referentes ao 1º lote do programa de 2020, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$394, sendo este, também, contabilizado em reservas de capital.

Das ações vigentes até 30 de setembro de 2022, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 0,09% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,28%.

#### *Matching de ações*

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária da Companhia para cada ação ordinária da Companhia adquirida por intermédio da Corretora (“*Matching*”), após 3 (três) anos (“Período de Carência”) da data de adesão, até o limite estabelecido nos seus respectivos Contratos de Adesão e respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para transferir as ações adquiridas no âmbito deste Programa para uma conta de depósito de ações de sua titularidade, mantida pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”), bem como para autorizar que seja realizado, pelo Agente Escriturador, o bloqueio das referidas ações em razão de sua adesão do presente Programa.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a primeira outorga de 903.896 ações ordinárias para o Programa de *Matching* de ações dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Em 25 de fevereiro de 2021, foram aprovados novos programas de *Matching* de ações para os anos de 2020 (retroativo a 2 de julho de 2020) e 2021, sendo que cada programa possui 4 lotes anuais, com períodos de carência sendo: 1º lote com 2 anos de carência, 2º lote com 3 anos de carência, 3º lote com 4 anos de carência, e 4º lote com 5 anos de carência. Nesses programas, caso o beneficiário faça a adesão superior a 50% da outorga, receberá além de 1 (uma) ação ordinária, mais 0,5 (meio) ação complementar.

Em 9 de março de 2022, foi aprovado o novo programa de *Matching* de ações para o ano de 2022, com as mesmas características do programa anterior.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	903.896		2,31	200.774	703.122	-
- Lote Anual	903.896	3 anos		200.774	703.122	-
28/02/18 - Programa 2018	615.369		3,71	277.678	337.691	-
- Lote Anual	615.369	3 anos		277.678	337.691	-
19/02/19 - Programa 2019	523.485		4,11	156.537	366.948	-
- Lote Anual	523.485	3 anos		156.537	366.948	-
02/07/20 - Programa 2020	646.880		5,27	539.179	107.701	-
1o Lote anual	161.720	2 anos		134.796	26.924	-
2o Lote anual	161.720	3 anos		134.795	26.925	-
3o Lote anual	161.720	4 anos		134.794	26.926	-
4o Lote anual	161.720	5 anos		134.794	26.926	-

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
25/02/21 - Programa 2021	651.828		5,23	538.853	112.975	-
1o Lote anual	162.957	2 anos		134.713	28.244	-
2o Lote anual	162.957	3 anos		134.713	28.244	-
3o Lote anual	162.957	4 anos		134.713	28.244	-
4o Lote anual	162.957	5 anos		134.714	28.243	-
09/03/22 - Programa 2022	682.652		7,09	-	-	682.652
1o Lote anual	170.663	2 anos		-	-	170.663
2o Lote anual	170.663	3 anos		-	-	170.663
3o Lote anual	170.663	4 anos		-	-	170.663
4o Lote anual	170.663	5 anos		-	-	170.663
Total das ações outorgadas	4.024.110			1.713.021	1.628.437	682.652

(\*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$1.885 (R\$1.046 em 30 de setembro de 2021), pois houve Contrato de Adesão ao referido Programa.

Até 30 de setembro de 2022, foram realizadas adesões de 1.234.569 ações, caso essas adesões permaneçam até o final do prazo de carência, a partir da sua data de adesão, seu percentual de diluição seria 0,14%, as não aderidas, caso fossem totalmente aderidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,08%.

Em 2021 foram entregues 193.900 ações, referente à parte do programa de 2017, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$360, ambos contabilizados em reservas de capital. Em 2022 foram entregues 274.400 ações, referente à parte do programa de 2018, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$514, sendo este, também, contabilizado em reservas de capital. As ações entregues representaram uma diluição na participação dos acionistas de 0,06%.

## 24. Imposto de renda e contribuição social

### a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Lucro antes da tributação	421.922	225.258	467.444	243.668
Exclusão de equivalência patrimonial	(87.068)	(34.592)	-	-
Lucro antes da tributação ajustado	334.854	190.666	467.444	243.668
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(113.832)	(64.809)	(158.913)	(82.829)
Alíquotas nominais de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(80.365)	(45.760)	(112.187)	(58.480)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$180	(33.467)	(19.049)	(46.726)	(24.349)
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	(2.637)	(3.296)	(3.317)	(3.590)
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	(709)	(1.000)	(709)	(1.000)
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	(1.723)	(1.371)	(1.723)	(1.371)
Outras	(1.120)	(1.204)	(1.861)	(1.498)
Exclusões permanentes:				
Opções exercidas	904	279	904	279
Correção impostos - SELIC	11	-	72	-
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	961	796	1.324	861
Incentivos fiscais	961	796	1.324	861
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(115.508)	(67.309)	(160.906)	(85.558)
Alíquota efetiva	34,50%	35,30%	34,42%	35,11%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	-	(11)
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	-	(11)
VI - Ajustes extraordinários:	-	-	(124)	(150)
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	(124)	(150)
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	(115.508)	(67.309)	(161.030)	(85.719)
IRPJ e CSLL - correntes	(124.783)	(57.661)	(165.983)	(73.616)
IRPJ e CSLL - diferidos	9.275	(9.648)	4.953	(12.103)
Total	(115.508)	(67.309)	(161.030)	(85.719)

(\*) Refere-se às controladas Numeral 80, TPV e Pará Empreendimentos, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ativo (passivo)	Controladora					
	30.09.2022			31.12.2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.581	569	2.150	1.581	569	2.150
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	4.630	1.667	6.297	5.528	1.990	7.518
Provisão para contingências	30.029	10.810	40.839	28.869	10.393	39.262
Amortização do ágio	(15.641)	(5.631)	(21.272)	(16.107)	(5.798)	(21.905)
Depreciação	(45.487)	(16.375)	(61.862)	(41.321)	(14.875)	(56.196)
Perda por desvalorização de ativos	4.677	1.684	6.361	5.008	1.803	6.811
Obrigações com poder concedente	30.361	10.930	41.291	29.047	10.457	39.504
Provisão de fornecedores - MMC	31.180	11.225	42.405	21.541	7.755	29.296
Outras	14.780	5.480	20.260	14.980	5.774	20.754
Perdas atuariais	(2.650)	(954)	(3.604)	(2.650)	(954)	(3.604)
Total	53.460	19.405	72.865	46.476	17.114	63.590
Ativo	53.460	19.405	72.865	46.476	17.114	63.590

Ativo (passivo)	Consolidado					
	30.09.2022			31.12.2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.764	635	2.399	6.767	2.436	9.203
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	5.449	1.961	7.410	5.743	2.068	7.811
Provisão para contingências	31.923	11.492	43.415	30.415	10.949	41.364
Amortização do ágio	(25.507)	(9.182)	(34.689)	(25.973)	(9.350)	(35.323)
Depreciação	(51.477)	(18.532)	(70.009)	(47.330)	(17.039)	(64.369)
Perda por desvalorização de ativos	4.677	1.684	6.361	5.008	1.803	6.811
Obrigações com poder concedente	34.290	12.344	46.634	32.861	11.830	44.691
Provisão de fornecedores - MMC	31.180	11.225	42.405	21.541	7.755	29.296
Outras	19.969	7.351	27.320	19.342	7.346	26.688
Precatórios a receber	(1.723)	(622)	(2.345)	(1.634)	(590)	(2.224)
Perdas atuariais	(3.419)	(1.231)	(4.650)	(3.419)	(1.231)	(4.650)
Total	47.126	17.125	64.251	43.321	15.977	59.298
Ativo	59.322	21.515	80.837	51.378	18.877	70.255
Passivo	(12.196)	(4.390)	(16.586)	(8.057)	(2.900)	(10.957)

Até 30 de setembro de 2022, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e suas controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

## 25. Resultado por ação

### a) Resultado básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	30.09.2022	30.09.2021
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro do período	306.414	157.949
Média ponderada das ações	863.097.741	862.096.956
Resultado por ação básico	0,35502	0,18322

### b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	30.09.2022	30.09.2021
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro do período	306.414	157.949
Média ponderada das ações	863.097.741	862.096.956
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	3.913.622	3.320.721
Resultado por ação diluído	0,35341	0,18251

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.



## 26. Passivos atuariais - assistência médica complementar

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda, tiveram como premissas básicas as hipóteses divulgadas nas demonstrações contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações atuariais	1.925	5.239	2.576	7.087
Perdas atuariais calculadas	23.430	18.191	31.416	24.329
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	25.355	23.430	33.992	31.416

## 27. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros e os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações, são os mesmos divulgados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Nível de hierarquia	Controladora				Consolidado			
	30.09.2022		31.12.2021		30.09.2022		31.12.2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo:</b>								
Caixa e saldo em bancos	-							
	1.883	1.883	2.262	2.262	4.301	4.301	4.672	4.672
	1.883	1.883	2.262	2.262	4.301	4.301	4.672	4.672
<b>Mensurados pelo custo amortizado:</b>								
Contas a receber	2	151.382	151.382	150.596	221.623	221.623	209.989	209.989
Dividendos a receber	2	-	-	13.359	-	-	-	-
Precatórios a receber	2	-	-	-	8.306	8.306	6.543	6.543
	151.382	151.382	163.955	163.955	229.929	229.929	216.532	216.532
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>								
Aplicações Financeiras	2	503.816	503.816	607.055	751.844	751.844	818.668	818.668
Outras aplicações financeiras	2	-	-	241.296	-	-	241.296	241.296
	503.816	503.816	848.351	848.351	751.844	751.844	1.059.964	1.059.964
<b>Passivo:</b>								
<b>Mensurados pelo custo amortizado:</b>								
Empréstimos e financiamentos	2	-	20.091	20.239	6.407	6.407	33.107	33.255
Debêntures	2	264.927	264.843	302.838	321.870	317.295	360.128	349.351
Fornecedores	2	89.186	89.186	79.416	135.988	135.988	115.146	115.146
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2	156	156	111.140	156	156	111.140	111.140
Obrigações com poder concedente	2	1.589.641	1.598.497	1.447.196	1.770.808	1.794.211	1.615.766	1.812.659
Arrendamento mercantil	2	219.136	219.309	1.720	285.818	294.461	69.087	85.970
Precatórios a pagar (*)	2	-	-	-	5.916	5.916	5.234	5.234
	2.163.046	2.171.991	1.963.060	2.121.104	2.526.963	2.554.434	2.309.608	2.512.755
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>								
Swap	2	-	-	-	3.254	3.254	-	-
	-	-	-	-	3.254	3.254	-	-

(\*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outros passivos", no passivo não circulante.

### Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de swap que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

O valor justo desses derivativos quando aplicável é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA, entre outros.

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações de passivos de curto e longo prazo, denominados em moeda estrangeira e/ou indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA relativos a empréstimos e financiamentos e Debêntures. Tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros. A coluna "Recebimentos/Pagamentos" mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, e a coluna "Receita/Despesa" mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Set./2022	Dez./2021		
Consolidado	60.037	Nov./2031	Associado à IPCA	(305)	(1.115)	3.254	-	IPCA + 4,20%	CDI - 1,12% a.a.

### b) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

#### b.1) *Risco cambial e análise de sensibilidade*

As transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Euro, encerraram o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 com desvalorização em relação ao Real de 16.30% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos circulantes denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos, portanto sem fins especulativos.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam contrato de derivativo vigente. Suas controladas possuem financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Companhia os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer risco de cobertura.

#### Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, a Administração adotou para o cenário provável da Companhia e de suas controladas a taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	€	5,29	6.088	6.088	1.522	3.044	(1.522)	(3.044)
Dívida líquida			6.088	6.088	1.522	3.044	(1.522)	(3.044)

(\*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

#### **b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade**

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

#### Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 das operações de dívidas referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para os passivos atrelados IPCA, IGP-M e INPC. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Controladora				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	503.816	68.771	85.964	103.156	51.578	34.385
Passivos financeiros:								
Debêntures	CDI	13,65%	264.927	36.163	45.203	54.244	27.122	18.081
Obrigações com poder concedente	IPCA	7,17%	1.587.736	113.841	142.301	170.761	85.381	56.920
Arrendamento mercantil	IGP-M	8,25%	1.703	141	176	211	105	70
Arrendamento mercantil	IPCA	7,17%	217.433	15.590	19.487	23.385	11.692	7.795
Dívida líquida			1.567.983	96.964	121.203	145.445	72.722	48.481

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	751.844	102.627	128.283	153.940	76.970	51.313
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	13,65%	6.407	875	1.093	1.312	656	437
Debêntures	CDI	13,65%	264.927	36.163	45.203	54.244	27.122	18.081
Debêntures	IPCA	7,17%	56.943	4.083	5.103	6.124	3.062	2.041
Swap	CDI	13,65%	3.254	444	555	666	333	222
Obrigações com poder concedente	IPCA	7,17%	1.768.903	126.830	158.538	190.246	95.123	63.415
Arrendamento mercantil	IGP-M	8,25%	1.703	141	176	211	105	70
Arrendamento mercantil	IPCA	7,17%	284.115	20.371	25.464	30.556	15.278	10.185
Dívida líquida			1.634.408	86.280	107.849	129.419	64.709	43.138

c) Risco de crédito

A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 30 de setembro de 2022, era de R\$21.796, representando 8,95% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2021, essa provisão era de R\$22.976, equivalente a 9,86%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	505.699	609.317	756.145	823.340
Outras aplicações financeiras	-	241.296	-	241.296
Contas a receber	151.382	150.596	221.623	209.989
Dividendos a receber	-	13.359	-	-
Precatórios a receber	-	-	8.306	6.543
Total	657.081	1.014.568	986.074	1.281.168

d) Risco de liquidez

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Controladora					
	Saldo contábil 30.09.2022	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
<b>Passivo</b>						
Debêntures	264.927	355.122	68.464	180.524	106.134	-
Fornecedores	89.186	89.186	74.165	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	156	156	156	-	-	-
Obrigações com poder concedente	1.589.641	2.205.618	233.644	231.171	231.171	1.509.632
Arrendamento mercantil	219.136	343.491	30.824	63.403	69.765	179.499
<b>Total</b>	<b>2.163.046</b>	<b>2.993.573</b>	<b>407.253</b>	<b>490.119</b>	<b>407.070</b>	<b>1.689.131</b>

  

	Consolidado					
	Saldo contábil 30.09.2022	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos	6.407	6.451	4.457	1.994	-	-
Debêntures	321.870	438.477	76.988	197.834	123.688	39.967
Fornecedores	135.988	135.988	120.967	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	156	156	156	-	-	-
Obrigações com poder concedente	1.770.808	2.421.963	251.691	267.265	267.265	1.635.742
Arrendamento mercantil	285.818	423.571	44.579	86.415	92.777	199.800
Precatórios a pagar	5.916	5.916	-	5.916	-	-
<b>Total</b>	<b>2.526.963</b>	<b>3.432.522</b>	<b>498.838</b>	<b>574.445</b>	<b>483.730</b>	<b>1.875.509</b>

e) Gestão de capital

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi mantida, pela Companhia e por suas controladas, a mesma política descrita nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

A dívida em relação ao capital no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Total dos passivos circulante e não circulante	2.387.698	2.164.965	2.821.822	2.565.089
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(505.699)	(850.613)	(756.145)	(1.064.636)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.881.999</b>	<b>1.314.352</b>	<b>2.065.677</b>	<b>1.500.453</b>
 Total do patrimônio líquido	 2.139.972	 2.187.228	 2.139.972	 2.187.228
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,87945	0,60092	0,96528	0,68601

## 28. Efeitos não caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Aumento de capital com reserva	850	-	850	-
(Aumento) do intangível das obrigações com poder concedente	(174.660)	(286.076)	(196.824)	(323.072)
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	(212.564)	60	(220.674)	(36.937)
Transações das atividades de investimentos	(386.374)	(286.016)	(416.648)	(360.009)

## 29. Cobertura de seguros

Os seguros listados na tabela abaixo cobrem principalmente eventos de: responsabilidade civil, bens móveis e imóveis, responsabilidade civil de empregador (RCE), Perda de receita por bloqueio de berço e canal, danos elétricos, transporte de mercadorias, transporte de passageiros e embarcações, danos morais, furto e desvio de carga, danos aos cascos de embarcações e acidentes pessoais de passageiros (APPs).

Produto	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro de operador portuário - SOP terminais portuários (*)	74.000	US\$	jan-23
Responsabilidade civil - ampla	50.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	4.000	US\$	
Seguro de operador portuário - SOP terminais granéis líquidos (*)	82.500	R\$	jun-23
Responsabilidade civil - ampla	30.000	R\$	
Bens móveis e imóveis	45.000	R\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	7.500	R\$	
Seguro da frota de veículos (passeio) - por veículo	460	R\$	out-22
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões) - por veículo	1.300	R\$	out-22
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	100	R\$	
Transporte rodoviário de carga - RCTR-C	10.000	R\$	jan-23
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	jan-23
Responsabilidade civil por danos ambientais	30.000	R\$	jul-23
Responsabilidade civil - administradores e diretores	40.000	R\$	jun-23
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	2.621	R\$	abr-23
Responsabilidade civil - POSI ( <i>Public Offering of Securities Insurance</i> )	60.000	R\$	out-25

(\*) O Seguro de Operador Portuário ("SOP"), da cobertura destes seguros, a soma de indenizações pagas não poderá exceder ao limite máximo de garantia.

(1) Consequentes de paralisação total ou parcial das atividades.

### **30. Comprometimento de capital**

Em 30 de setembro de 2022, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$8.875 (R\$5.465 em 31 de dezembro de 2021), as quais não estavam contabilizadas nestas informações trimestrais condensadas.

### **31. Risco Sacado**

A Companhia e suas controladas mantêm convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com alguns fornecedores a operação de antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação, e a Companhia e suas controladas efetuam a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera significativamente os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. A Companhia e suas controladas tinham em aberto, na rubrica "Fornecedores", em 30 de setembro de 2022, o montante de R\$20.510 (R\$10.023 em 31 de dezembro de 2021).

### **32. Segmentos operacionais**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, não ocorreram alterações conceituais nas definições dos segmentos operacionais e das demonstrações do resultado e do capital empregado, permanecendo as descritas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.



a) Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional

Contas	Terminais Portuários			Logística			Terminal de Veículos			Terminais Líquidos			Institucional			Eliminações			Consolidado		
	30.09.2022	30.09.2021		30.09.2022	30.09.2021		30.09.2022	30.09.2021		30.09.2022	30.09.2021		30.09.2022	30.09.2021		30.09.2022	30.09.2021		30.09.2022	30.09.2021	
Receita operacional bruta	1.204.861	952.258		376.142	256.004		106.449	61.201		-	-		-	-		(9.359)	(8.577)		1.678.093	1.260.886	
Deduções da receita	(140.095)	(119.415)		(59.641)	(42.189)		(16.181)	(9.359)		-	-		-	-		789	777		(215.128)	(170.186)	
Receita operacional líquida	1.064.766	832.843		316.501	213.815		90.268	51.842		-	-		-	-		(8.570)	(7.800)		1.462.965	1.090.700	
Custo dos serviços prestados	(585.643)	(488.610)		(168.402)	(143.461)		(40.622)	(30.853)		(16.921)	(376)		-	-		8.570	7.800		(803.018)	(655.500)	
Custos variáveis / fixos	(460.621)	(380.872)		(155.331)	(131.112)		(25.604)	(16.974)		(3.989)	(376)		-	-		8.570	7.800		(636.975)	(521.534)	
Depreciação / amortização	(125.022)	(107.738)		(13.071)	(12.349)		(15.018)	(13.879)		(12.932)	-		-	-		-	-		(166.043)	(133.966)	
Lucro bruto	479.123	344.233		148.099	70.354		49.646	20.989		(16.921)	(376)		-	-		-	-		659.947	435.200	
Despesas operacionais	(75.287)	(66.832)		(85.968)	(62.466)		(4.819)	(3.003)		(2.960)	(2.087)		(55.386)	(32.275)		-	-		(224.420)	(166.663)	
Despesas com vendas	(41.422)	(44.254)		(77.454)	(55.602)		(4.009)	(2.138)		(516)	-		-	-		-	-		(123.401)	(101.994)	
Despesas gerais e administrativas	(33.620)	(26.931)		(9.143)	(8.024)		(702)	(786)		(2.444)	(2.087)		(50.096)	(32.266)		-	-		(96.005)	(70.094)	
Depreciação / amortização	(144)	(223)		(56)	(56)		-	-		-	-		(5.740)	(2.951)		-	-		(5.940)	(3.230)	
Outras	(101)	4.576		685	1.216		(108)	(79)		-	-		450	2.942		-	-		926	8.655	
EBIT	403.836	277.401		62.131	7.888		44.827	17.986		(19.881)	(2.463)		(55.386)	(32.275)		-	-		435.527	268.537	
Depreciação / amortização	125.166	107.961		13.127	12.405		15.018	13.879		12.932	-		5.740	2.951		-	-		171.983	137.196	
EBITDA (LAJIDA)	529.002	385.362		75.258	20.293		59.845	31.865		(6.949)	(2.463)		(49.646)	(29.324)		-	-		607.510	405.733	
Resultado financeiro	-	-		-	-		-	-		-	-		31.917	(24.869)		-	-		31.917	(24.869)	
Equivalência patrimonial	-	-		-	-		-	-		-	-		87.068	34.592		(87.068)	(34.592)		-	-	
IRPJ / CSLL	-	-		-	-		-	-		-	-		(161.030)	(85.719)		-	-		(161.030)	(85.719)	
Lucro líquido	N/A	N/A		N/A	N/A		N/A	N/A		N/A	N/A		N/A	N/A		N/A	N/A		306.414	157.949	

Em 30 de setembro de 2022 as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$303.446 (R\$247.830 em 30 de setembro de 2021), equivalentes a 25,2% (26,0% em 30 de setembro de 2021) do total da receita bruta consolidada.

**b) Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional**

Contas	Terminais Portuários			Logística			Terminal de Veículos			Terminais Líquidos			Institucional			Eliminações			Consolidado		
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	31.12.2021
<b>Capital empregado</b>																					
Ativo circulante	210.375	196.942	45.544	39.741	14.530	12.945	454	-	771.581	1.087.398	(2.532)	(2.807)	1.039.952	1.334.219							
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	756.145	823.340	-	-	756.145	823.340							
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241.296	-	-	-	-							
Outros	210.375	196.942	45.544	39.741	14.530	12.945	454	-	15.436	22.762	(2.532)	(2.807)	283.807	269.583							
Ativo não circulante	2.972.468	2.767.384	190.870	191.566	247.019	244.456	285.091	-	710.671	651.839	(484.277)	(437.147)	3.921.842	3.418.098							
Outros	323.889	312.241	5.790	6.246	29	28	-	-	111.855	103.830	-	-	441.563	422.345							
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	484.277	437.147	(484.277)	(437.147)	-	-							
Imobilizado	81.537	82.487	144.546	144.925	1.081	1.017	285.091	-	42.155	35.863	-	-	554.410	264.292							
Intangível	2.567.042	2.372.656	40.534	40.395	245.909	243.411	-	-	72.384	74.999	-	-	2.925.869	2.731.461							
Passivo circulante	(169.272)	(146.597)	(49.844)	(40.466)	(5.478)	(4.954)	(4.674)	-	(21.087)	(15.500)	2.532	2.807	(247.823)	(204.710)							
Fornecedores	(82.958)	(72.526)	(32.763)	(26.497)	(2.730)	(2.667)	(3.461)	-	(266)	(52)	1.211	1.617	(120.967)	(100.125)							
Outros	(86.314)	(74.071)	(17.081)	(13.969)	(2.748)	(2.287)	(1.213)	-	(20.821)	(15.448)	1.321	1.190	(126.856)	(104.585)							
Passivo não circulante	(123.349)	(115.117)	(4.298)	(7.706)	(383)	(377)	-	-	(26.918)	(16.535)	-	-	(154.948)	(139.735)							
Fornecedores	(15.021)	(15.021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.021)	(15.021)							
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(36.066)	(35.028)	(4.298)	(7.706)	(383)	(377)	-	-	(112)	(112)	-	-	(40.859)	(43.223)							
Outros	(72.262)	(65.068)	-	-	-	-	-	-	(26.806)	(16.423)	-	-	(99.068)	(81.491)							
<b>Total</b>	<b>2.890.222</b>	<b>2.702.612</b>	<b>182.272</b>	<b>183.135</b>	<b>255.688</b>	<b>252.070</b>	<b>280.871</b>	<b>-</b>	<b>1.434.247</b>	<b>1.707.202</b>	<b>(484.277)</b>	<b>(437.147)</b>	<b>4.559.023</b>	<b>4.407.872</b>							
<b>Fontes de capital</b>																					
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	273.521	358.100							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.241	70.579							
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	156	111.140							
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.603	165.110							
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.521	11.271							
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.145.530	1.862.544							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284.036	322.656							
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.567.205	1.450.656							
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	260.297	57.816							
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.992	31.416							
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.139.972	2.187.228							
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.130.946	2.178.202							
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.026	9.026							
<b>Total</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>4.559.023</b>	<b>4.407.872</b>							

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)  
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)  
Valdecyr Maciel Gomes (Independente)  
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo (Independente)  
José Luis Bringel Vidal (Independente)  
Felipe Villela Dias (Independente)  
Luiz Sergio Fisher de Castro (Independente)  
Marco Antonio Souza Cauduro (Independente)

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente e Diretor de Operações  
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores  
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)  
Leonardo Guimarães Pinto  
Luis Fernando Moran de Oliveira  
  
Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0  
Contador